

## ASPECTOS DO LÉXICO ECLESIAÍSTICO COLONIAL NA CAPITANIA DA BAHIA

Carla Carolina F. G. Querino (UFBA)

[carolinaquerino@hotmail.com](mailto:carolinaquerino@hotmail.com)

Norma Suely da Silva Pereira (UFBA)

[normasuelypereira@yahoo.com.br](mailto:normasuelypereira@yahoo.com.br)

### RESUMO

A prática de nomear seres e objetos constitui o léxico das línguas, e se estabelece como uma ferramenta importante para o registro dos fatos e conhecimento da história dos povos. Neste estudo, propõe-se a análise de aspectos do léxico eclesiástico do período colonial presente na *Notícia Geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o pre(zen)te anno de 1759*. A obra, uma crônica do período, escrita por José Antônio Caldas, autor de grande destaque na arquitetura militar, como nos contextos político e literário da época, constitui-se em uma memória de natureza encomiástica apresentada à Academia Brasileira dos Renascidos em Salvador, quando da sua inauguração, em 1759, pelo professor Caldas, com o propósito de legitimar, justificar e exaltar, a presença lusa em terras ultramarinas, registrando a história eclesiástica, geográfica e natural, política e militar da cidade. Apresenta-se, aqui, um resultado parcial do estudo das características do léxico eclesiástico colonial, um dos desdobramentos da edição semidiplomática que se está realizando, utilizando-se para tanto, uma edição *fac-similar*, disponível no acervo da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, publicado em 1951. O estudo de caráter interdisciplinar envolve as metodologias da Filologia (CAMBRAIA, 2005); da Paleografia (SAMARA; DIAS; BIVAR, 1986), além de conhecimentos de lexicologia e da lexicografia (BIDERMAN, 1996).

### Palavras-chave:

Edição semidiplomática. Léxico Eclesiástico. Capitania da Bahia.

### 1. Introdução

Fundada em 1549, a Cidade do Salvador, primeira capital da América Portuguesa, foi sede da administração colonial até o ano de 1763. Por sua localização estratégica, a Capitania, assumiu o posto de cidade-fortaleza, e, quando das invasões holandesas em 1624, teve suas defesas reforçadas. A Igreja Católica esteve presente de forma muito ativa nas terras ultramarinas, e foi responsável pela formação educacional e espiritual dos nativos, que junto aos africanos escravizados e demais povos que aqui chegaram, passaram a constituir a sociedade colonial (TAVARES, 2008).

A constituição da organização social, eclesiástica e administrativa da capital da América portuguesa está descrita no manuscrito *Noticia Geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente anno de 1759*, um documento do século XVIII, escrito pelo militar e professor baiano, José Antônio Caldas. A obra reúne informações acerca da constituição dos Governos Eclesiástico, Civil ou Secular e Militar das terras ultramarinas, evidenciando as características geográfica, social e econômica, que fizeram da Cidade de São Salvador da Bahia, sede da administração do governo (CALDAS, 1951 [1759]).

Homem erudito, José Antônio Caldas tornou-se referência na Aula Militar da Bahia, por sua importância no planejamento e edificação das principais fortificações que passaram a guarnecer a Capitania de ataques inimigos, sobretudo após as invasões holandesas. Engenheiro Militar, Sargento mor, Arquiteto e Professor, Caldas foi um dos nomes importantes do seu tempo, tendo escrito a obra ora analisada com o objetivo de integrar a produção intelectual da Academia Basílica dos Acadêmicos Renascidos, fundada em 1759, na cidade da Bahia (PESSOTI, 2009; MOREAU, 2011).

Nesse sentido, o documento selecionado para *corpus* de análise, bem como diversos outros documentos que registram a memória dos povos, além da gama de informações que apresentam, possibilitam, por meio do estudo léxico, analisar as práticas culturais e o desenvolvimento de novas perspectivas de valorização do legado cultural da Bahia.

O estudo das práticas culturais relaciona-se com o processo cognitivo de nomeação dos seres e objetos, uma vez que, por meio das ciências do léxico (lexicologia e lexicografia) é possível compreender como se dá tal processo e de sua importância como forma de registro do conhecimento e da realidade (BIDERMAN, 2001).

Para atingir o objetivo proposto, foi realizada, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica para a fundamentação teórica do estudo, seguindo-se a leitura do *corpus* para seleção de lexias, a análise das características do léxico eclesiástico setecentista e confecção de verbetes, observando as mudanças que no contexto em que se apresenta possuía uma acepção, e que no contexto atual a acepção mais usual é diferente da encontrada no documento.

## 2. Contexto histórico, social e econômico

A elevação de Salvador a capital do Estado do Brasil foi conquistada de modo gradual, sendo esta cidade escolhida para representar os interesses da Coroa no Estado do Brasil após uma série de acontecimentos que possibilitaram que a Capitania da Bahia sediasse a administração do Governo-geral, assumindo inicialmente função política e jurídico-administrativa (SOUSA, 2016).

Entre esses acontecimentos, Maria Hilda Paraíso (2012) destaca que as revoltas indígenas foram fundamentais para a escolha da Cidade de Salvador como sede do Governo-geral. Durante o levante dos indígenas contra os portugueses, principalmente na década de 1540, a Coroa Portuguesa decidiu por estabelecer na Capitania da Bahia uma cidade-fortaleza, a fim de dar resposta simbólica a indígenas e franceses, por ter sido nesta capitania o mais forte ato contra a invasão portuguesa, o assassinato do capitão donatário Fernando Pereira Coutinho (PARAÍSO, 2012).

Contudo, como relata Gabriel Soares de Souza no *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, havia poucas edificações que pudessem defender a Cidade de uma invasão marítima. As elas se limitavam ao muro de taipa e barro que somado ao relevo característico e ao Rio das Tripas que garantia a vantagem geográfica aos portugueses, sendo que muitos moradores estavam espalhados fora dos muros da Cidade, em regiões afastadas. Assim, Gabriel Soares de Souza alerta ao Rei,

Não parece despropósito dizer neste lugar, que tem el-rei nosso senhor obrigação de, com muita instância, mandar acudir ao desamparo em que esta cidade está, mandando-a cercar de muros e fortificar, como convém ao seu serviço e segurança dos moradores dela; porque está arriscada a ser saqueada de quatro corsários, que a forem cometer, por ser a gente espalhada por fora, e a da cidade não ter onde se possa defender, até que a gente das fazendas e engenhos a possa vir socorrer. (SOUZA, 1587, p. 140)

De acordo com Nunes (2013), no século XVII, é possível observar o início de uma arquitetura militar, motivada pela Invasão Holandesa, em 1624, a citar os fortes de Santa Maria, São Diogo e São Bartolomeu da Passagem<sup>1</sup>, o Forte de Nossa Senhora do Monte do Carmo em 1638, o

---

<sup>47</sup> Construídos durante a administração do governador Diogo Luís de Oliveira (1627-1635) (NUNES, 2013). Dois dos fortes ainda existem, os Fortes de Santa Maria e São Diogo, que ficam na região da Barra. O de Santa Maria no Largo da Barra e o de São Diogo, no Porto da Barra. Já o Forte de São Bartolomeu da Passagem, que selocalizava na região onde atualmente é o bairro da Ribeira, foi demolido em 1900 pela Prefeitura de Salvador.

Forte da Santa Cruz do Paraguaçu<sup>2</sup>, a Casa de Trem mandado edificar em 1639 e o depósito de pólvora em 1682. Essas edificações passam por reformas significativas no século seguinte, à medida que Salvador se estabelece como uma cidade-fortaleza.

A vitória sobre os Holandeses garante maior destaque à elite da Cidade da Bahia, visto que este feito passa a ser lembrado como prova de fidelidade e força, bem como da autonomia conquistada, pois graças aos rendimentos da produção dos engenhos de açúcar, a Câmara da Cidade era capaz de manter um exército próprio dedicado a defesa contra invasores europeus (CARDIM; KRAUSE, 2016).

É possível visualizar a importância conquistada pela Cidade de Salvador a partir dos *Comentários de D. Fernando José de Portugal e Castro, governador da Capitania da Bahia, ao Regimento de Roque da Costa Barreto*, documento datado de 1677, que demonstra como os outros governos deveriam estar submetidos à ordem do Governo-geral, ou Vice Rei, tendo todas as suas ordens acatadas sem necessidade de se noticiar à Lisboa qualquer acontecimento, excetuando-se quando se tratava de questões que iam de encontro às ordens do Conselho Ultramarino e os interesses do Real-serviço. Era também função do Governo-geral sediado na Bahia ditar ordens aos oficiais de justiça e, até certo momento, administrar questões econômicas relativas a todo o Estado do Brasil.

No século XVIII, a Cidade de Salvador viveu um período de pleno desenvolvimento econômico, destacando-se, por inúmeras peculiaridades, quando comparada a outras cidades do Império Português (SOUSA, 2016). Nela, localizavam-se circuitos produtivos e comerciais internos e externos, tornando-a o ponto de convergência e distribuição, por excelência, de bens e produtos.

De acordo com Sousa (2016, p. 105), a “[...] cidade de Salvador tornou-se o principal núcleo articulador de multifacetada política econômica que tinha como base a produção de açúcar e de tabaco, tendo no Recôncavo a região agrícola mais significativa”. É necessário ainda reiterar a importância da Cidade de Salvador como reguladora das questões econômicas e internas, assim como da defesa de todo o Estado do Brasil,

---

<sup>48</sup> O Forte de Santa Cruz do Paraguaçu, que hoje é possível ver apenas as ruínas tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), localiza-se na margem direita do Rio Paraguaçu, na cidade de Maragogipe no Recôncavo Baiano.

conforme já discutido amplamente em vários estudos (MARQUES, 2016; MATTOSO, 2004; PARAÍSO, 2012).

Assim, Salvador, destacou-se tanto pela concentração, estoque e distribuição da produção interna, fundamental para a subsistência de todo o Estado do Brasil, como por sua posição de entreposto para a exportação de produtos o que possibilitava a distribuição de tudo que era produzido nos outros territórios da colônia (MARQUES, 2016; MATTOSO, 2004; SOUSA, 2016). Tal situação permitiu que, mesmo quando iniciado o ciclo de extração de ouro, que foi mais expressivo na região de Minas Gerais, a Cidade da Bahia mantivesse ainda por algum tempo o seu papel de centro econômico.

Conforme assinala Marques (2016), a distribuição de ofícios pela Secretaria do Estado, reafirma a importância de Salvador na administração do Estado do Brasil no período:

O “ser cabeça” justificava igualmente os pedidos da câmara de Salvador referente à criação de novos ofícios tocantes à sua jurisdição, devido ao crescimento das funções administrativas assumidas pela cidade da Bahia, nomeadamente na segunda metade do século XVII. Tal representação da cidade legitimava finalmente os pedidos de privilégios da câmara da Bahia para os seus cidadãos. (MARQUES, 2016, p. 28)

Assim, como sede das instituições régias, a Cidade de Salvador tinha acesso direto à Coroa, o que a permitiu se estabelecer como a representação do Império Português além-mar.

### **3. O corpus analisado**

A observação do léxico eclesiástico na Bahia colonial toma como *corpus* de edição e análise a obra *Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente anno de 1759*, a qual é estudada a partir de uma edição fac-similar<sup>3</sup> do manuscrito. Trata-se de uma crônica que descreve a situação da capitania no período explicitado

---

<sup>49</sup> De acordo com Cambraia (2005), trata-se de uma edição com grau zero de mediação, pois apenas se reproduz de forma mecânica o testemunho, por meio de scanner, xerox, fotografia, ou qualquer meio que produza uma imagem com o mínimo de interferência possível. Contudo, Borges e Souza (2012) advertem que, ainda que se trate de uma imagem, há mediação do editor, no sentido de que há peculiaridades que só é possível verificar no manuscrito original. A qualidade da imagem, bem como a decisão de editar são outras formas de mediação que se pode destacar.

em seu título. O texto de natureza encomiástica foi produzido quando da criação da Academia Basílica dos Renascidos<sup>4</sup> cumprindo o requisito proposto pela congregação: relatar aspectos “da história geográfica e natural, política e militar, eclesiástica e secular da América Portuguesa” (PESSOTI, 2009, p.16).

Ainda de acordo com Pessoti (2009) para defender a soberania lusitana, Caldas se baseia em um discurso que ressaltava Portugal como real descobridor das terras de ultramar.

Caldas apostou em um pragmatismo calcado em números e em arrolamento de personagens históricos, instituições, vilas e cidades para comprovar o exercício da posse da terra pelos portugueses na América lusitana. Ele, também, fez apologia à antecedência lusa no processo que desembocou na chegada dos patricios, em 1500 (PESSOTI, 2009, p. 196).

De acordo com Elis (1953) o autor se destacou no cenário literário do período por ser erudito e letrado, tendo sido mestre na Aula Militar da Bahia e por ter figurado na Academia Basílica dos Renascidos, para a qual escreviam, sobre a história das terras ultramarinas, homens da elite lusa e da capitania.

A edição fac-similar utilizada no presente estudo encontra-se disponível para consulta no acervoda Biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e foi reproduzida pela Tipografia Beneditina, em 1951, por solicitação da Câmara Municipal de Salvador. Outros exemplares da mesma edição estão disponíveis na Seção Lugares de Memória da Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa, da Universidade Federal da Bahia e em outras Bibliotecas da UFBA.

O referido documento possui 734 páginas numeradas e 13 não numeradas. O exemplar consultado encontra-se em bom estado de conservação, sem marcas de perfurações por insetos. É encadernado em brochura e apresenta alguns fólhos soltos, certamente em função do desgaste pelo tempo e do manuseio. A obra é escrita no recto e no verso dos fólhos, ambas as faces numeradas progressivamente. Possui ainda mapas, gravuras e plantas de edificações projetadas pelo autor.

---

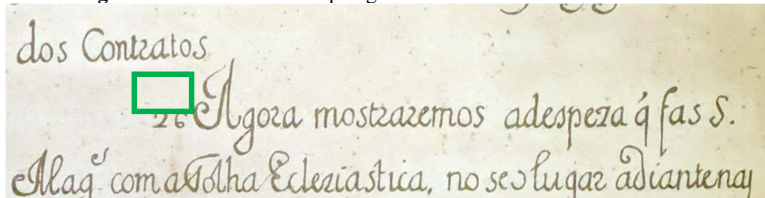
<sup>50</sup> A Academia Basílica dos Renascidos, fundada na Bahia em 1759, se configurava como uma congregação formada por intelectuais luso-brasileiros, e tinha por objetivo reunir escritos que registrassem aspectos da história da Capitania. Era composta de homens que além de pertencerem às elites da América portuguesa no século XVIII, eram eruditos, letrados, ressaltando assim, a importância da entidade para o registro da história das terras de ultramar (PESSOTI, 2009).

A presente análise apresenta resultados parciais da pesquisa que selecionou como *corpus* o trecho que trata do Governo Eclesiástico. Nele estão descritas a criação do Bispado e do Arcebispado da Capitania, a nomeação dos primeiros Bispos e Arcebispos, a construção de Igrejas e Capelas, a formação de freguesias, vilas e povoados, e as principais práticas culturais relacionadas à Igreja.

#### 4. Aspectos scriptográficos, paleográficos e codicológicos

Trata-se de um documento escrito com letra cursiva do século XVIII, lançado em uma coluna, com escrita clara e regular, em texto bem alinhando e margeado. Apresenta letras maiúsculas interessantes e de destaque e letras geminadas. Em finalização de parágrafos, não há pontuação, mas ocorre o alinhamento entre a última linha do parágrafo anterior e a primeira linha do seguinte, cada parágrafo numerado progressivamente.

**Figura 1** – Alinhamento dos parágrafos do documento.

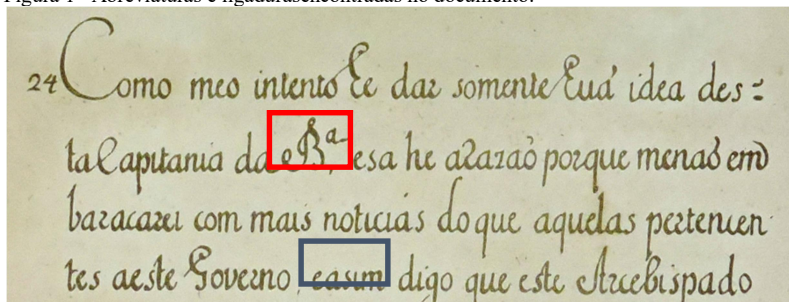


Fonte: *Noticia...* edição fac-similar (1951, f.12, L.11-13 ). Grifo das autoras.

Apesar de ter uma escrita clara, o manuscrito possui algumas características que podem dificultar sua leitura, como abreviaturas, ausência de fronteiras de palavras e ligaduras. Observa-se a presença de pontuação, especialmente a utilização do diacrítico (~) como sinal de nasalidade e como indicação de modo/tempo verbal.

Outra característica que chama atenção na edição é o traçado da letra *h* minúscula, que se assemelha a uma letra *E*, maiúscula. A separação de sílaba em final de linha é indicada por meio de traço único ou dois traços.

Figura 1 –Abreviaturas e ligaduras encontradas no documento.



Fonte: *Noticia...* edição fac-similar (1951, f.11, L10-13 ).

### 5. A respeito do léxico

O léxico das línguas se constitui como uma forma de registro dos conhecimentos sobre o mundo, a nomeação de seres e coisas (BIDERMAN, 2001). Como destacam Paula, Almeida e Resende (2016), a língua é uma construção coletiva, histórica e social, construída por uma comunidade linguística, com a função precípua da comunicação entre os falantes.

A linguagem faz parte da história dos povos, uma vez que por meio dela é possível expressar os aspectos sociais, culturais e linguísticos das sociedades, como bem assinala Abbade (2008), para quem, estudar o léxico é como “mergulhar na vida de um povo em um determinado período da história” (ABBADÉ, 2008, p. 716). De acordo com Biderman (2001) o léxico se forma por meio de um processo mental de conceptualização do real, representado linguisticamente por um símbolo ou signo verbal. Esse processo mental se inicia no nascimento e vai se consolidando durante a vida.

Entendendo que a função primordial da língua é tornar acessível o processo comunicativo entre indivíduos de uma comunidade, Murakawa (2009) enfatiza a necessidade de que as designações sejam concebidas em comum acordo pelos membros da comunidade de fala. Paula, Almeida e Rezende (2016) assinalam que o processo de nomeação é “a fração cultural da língua”, pois a aceitação e utilização de uma designação em uma comunidade linguística ratifica sua existência no meio social, refletindo assim, a cultura do corpo social que representa.



A lexicologia e a lexicografia são as disciplinas que estudam as questões referentes ao léxico sob diferentes perspectivas. A lexicologia tem como foco a análise da palavra, a categorização e estruturação do léxico, enquanto que os estudos lexicográficos abarcam a produção e análise de glossário e dicionários, realizando uma descrição das lexias analisadas, e se concentrando, especialmente na análise da significação das palavras (BIDERMAN, 1996; PAULA, ALMEIDA, REZENDE, 2016).

O estudo do léxico, pode se dar também por meio de diferentes conhecimentos como os da morfologia, da fonética, da sintaxe, da semântica, da pragmática e do discurso (ABBADE, 2008). Para a análise que se propõe nesse estudo, serão analisados aspectos semânticos de algumas lexias presentes no *corpus*, realizando uma análise sobre as acepções que eram atribuídas a tais lexias no período setecentista e as acepções a que esses signos remetem atualmente.

### **5.1. Características do léxico setecentista**

A escrita setecentista possui características diferentes daquelas que se observam nos séculos anteriores. Nos séculos XVI e XVII, a escrita ainda não possuía padrões normativos muito definidos. Apenas no século XVIII é que passa a haver uma preocupação com o rigor ortográfico e caligráfico, que se estende até o século XIX (SAMARA; DIAS; BIVAR, 1986).

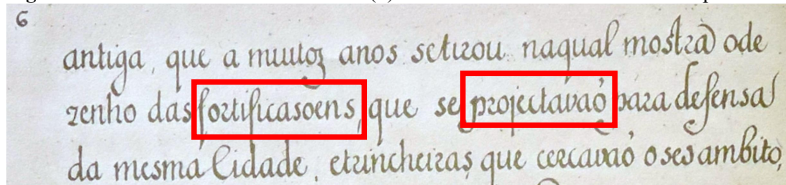
No que tange à ortografia, verifica-se a utilização de algumas consoantes duplicadas, o que pode ser um resquício da influência da escrita latina (VASCONCELOS, 2013). É possível encontrar ainda uma variação na representação de alguns outros fonemas, como os nasais, o que pode ocorrer em uma mesma lexia no mesmo manuscrito, como se verifica no *corpus* analisado: *huã* f. 5, L. 17 e *huma* f.5, L. 22.

No *corpus* em análise, apesar de haver um cuidado maior com a caligrafia, alguns elementos podem ainda dificultar a leitura destes documentos, como as ligaduras e as abreviaturas. No manuscrito verifica-se o uso de formas abreviadas, especialmente em pronomes de tratamento e em nomes próprios, o que pode estar relacionado a uma característica do *scriptor*, talvez para a economia de tempo de escrita.

Outras características do período são a utilização indistinta da grafia de *s* ou *z* para o fonema /s/ na indicação de plural como em *muitoz* f.6, L.1; *muitos* f. 5, L.1; como também para o fonema /z/, intervocálico como

em *casas*, f. 6, L.6; *Portuguezaf*.10, L. 6. O fonema /u/, em final de palavras era grafado com a letra *o*, como em *seos* f.12, L.1, *Deoz* f.11, L.2. Além dessas características, observa-se ainda a alternância no uso do *nou* do til (~), como marca de nasalidade e de tempo verbal, como em *fortificasoensf*.6, L.2; *projectavaõf*.6, L.2; *foraõ* f. 13, L.4; *Sertoensf*. 13, L.7, conforme é possível visualizar na Figura 3.

**Figura 3**—Alternância no uso do *n* e do til (~) como marca de nasalidade e de tempo verbal.



Fonte: *Noticia...* edição fac-similar (1951, f.6, L1-3).

A análise do documento selecionado permite a realização de análises de diversos aspectos relativos ao léxico. Nesse estudo, optou-se pela análise do ponto de vista semântico de algumas lexias, uma vez que o objetivo final da pesquisa em desenvolvimento é a elaboração de um glossário de termos eclesiásticos. Assim, a seguir, realiza-se uma breve análise acerca das acepções de algumas lexias, observando-se as acepções setecentistas no contexto da obra em análise, as mudanças diacrônicas ocorridas.

## 6. Sobre a constituição do glossário de termos eclesiásticos

Conforme esclarece Xavier (2011) um glossário é

(...) um instrumento lexicográfico de pequeno ou de médio porte, que não pretende ser exaustivo. Ele opera um recorte no acervo lexical da língua, ou seja, efetua um inventário limitado de signos linguísticos e, então, procede à sua definição através da descrição parcial ou total dos seus significados. Sua finalidade principal é ser um instrumental que sirva de suporte ao estudo de textos de uma mesma natureza ou de temática similar. (XAVIER, 2011, p.108)

Assim, conforme assinala Biderman (1996) um glossário difere de um dicionário, no sentido de que o primeiro se estrutura a partir de um acervo delimitado por um *corpus* específico, e se constitui de um acervo de entradas lexicais, menor do que o acervo de um dicionário, e que, pode estar relacionado a uma temática. Já o dicionário padrão se constitui

de um agrupamento de cerca de 50 000 palavras entre termos técnico-científicos, literários, regionalismos e outros.

Feita essa distinção, cabe esclarecer que, nesse estudo, optou-se pela análise de lexias selecionadas em parte do *corpus* estudado, relacionadas à organização eclesiástica da Capitania da Bahia, tendo, portanto, especificidades se comparadas com outros contextos.

Outro aspecto a ser considerado é o período de uso das lexias. Com o decorrer do tempo, as significações de algumas dessas lexias vão assumindo acepções diferentes das que possuíam quando relacionadas ao contexto em que se encontram. Essa mudança linguística pode ser um aspecto dificultador, para um público leigo, da compreensão das informações encontradas em documentos setecentistas, ou de outros períodos pretéritos, pois, de acordo com Faraco (2006) o falante tende a utilizar a acepção mais atual, uma vez que está mais próxima ao seu contexto.

A elaboração dos verbetes segue a estrutura proposta por Murakawa (2009), a saber: entrada, classe gramatical, etimologia, acepção, abonação, referência e outras informações que possam ampliar a sua compreensão:

1. **Hospício**- *s.m*[do lat. *Hospilium*]. Pequena habitação ou convento que abriga uma família religiosa; local que ampara pessoas carentes (BLUTEAU, 1728, p.64; FIGUEIREDO, 1913, p.1041);

“[...] Esta situada sua principal caza em hum sitio eminente que tomou o nome de taõ boa May fora das portaz da Cidade para aparte do Norte, e tem varioz **Hospícios**. [...]” (CALDAS, 1951 [1759], f.14, l. 10 – 13. Grifo das autoras).

Definição atual: **Hospício** – *sm* 1. Local para onde são recolhidas pessoas doentes, especialmente as que têm transtornos mentais. 2. Local onde se recebem e tratam animais abandonados (AULETE, 2018; NASCENTES, 1955).

2. **Ordenados** – *adj. pl.*[do Lat. *Ordinare*]. Aquele que recebeu ordem sacra; que tem ordem, sacramento (FIGUEIREDO, 1973, p. 1443; BLUTEAU, 1728, p. 106; SILVA, 1789, p. 369);

“[...] Compunhase a Dioceze de 13 Capitulares que continhaõ 5 Dignidades, Deam, Chantre, *Mestre* Escola, Arcediago, e Thezoureiro Mor, 6 Conegos Prebendados e 2 meios-Prebendados, com 6 Capelaens e hum *Mestre* das Seremonias e outro da Capela 21 No ano de 1608 selhesacrescentaraõ oz **ordenados** por serem parcos

por or-/dem de El Rey Catholico Felipe *terceiro* em Castela” (CALDAS, 1951 [1759], f.9, l.10-18. Grifo nosso).

Definição atual: **Ordenado** – *s.m.* 1. Colocado em ordem; arrumado com algum critério. 2. Que se faz com método. 3. Pagamento mensal feito 2018ao funcionário por seu trabalho mensal, salário (AULETE, 2018).

3. **Freguezia** – (freguesia): *s.f.* [de *freguês*; Cas. *feligrés*]. Paróquia ou Igreja parochial, conjunto dos parochianos (FIGUEIREDO, 1973, p. 917; BLUTEAU, 1728, p. 206);

“[...] *que* tem havido nesta Metropole, e depois mostra-/remos o numero das **Freguezias** com seos fogos e Almas *que* tudo se segue [...]” (CALDAS, 1951 [1759], f.12, l. 16-18. Grifo das autoras).

Definição atual: **Freguesia** – *s.f.* Conjunto de clientes frequentes em um determinado comércio; clientela (AULETE, 2018).

Como é possível verificar, as lexias mencionadas acima apresentam a significação primeira diferente daquelas que ocorrem no documento escrito por Caldas, no período setecentista, apesar de não as excluir, documentando assim a mudança semântica em perspectiva diacrônica. É importante destacar que as mudanças de significado pelas quais passaram as lexias estudadas, estão relacionadas à formação histórica e cultural das comunidades linguísticas. No estudo em questão, optou-se por analisar o significado, contudo, é possível realizar análises considerando outros aspectos linguísticos.

Vasconcelos (2013) destaca a importância de se analisar o grau de conservação e de desuso de itens lexicais, reiterando a necessidade de realização de uma análise apurada, considerando as mutações pelas quais uma língua passa. Vale reiterar, contudo, que a utilização mais usual da acepção de uma lexia em contexto mais contemporâneo, não anula as acepções atribuídas às mesmas no século XVIII.

## 7. *Considerações finais*

Os documentos contam a história dos povos, assim, o trabalho de edição e análise dos manuscritos de épocas pretéritas, permite aos pesquisadores a difusão de informações mais fidedignas relacionadas às práticas sociais e culturais do passado. Além do acesso às informações refe-

rentes à formação das sociedades, textos como este, permitem a reflexão acerca de aspectos linguísticos utilizados na época e como estes se relacionam com as questões de língua na atualidade.

Os glossários permitem tanto ao leitor especializado, quanto ao leigo analisar as acepções que as lexias assumem em períodos diversos, observando como se dá o processo de mudança linguística pelo qual as línguas passam. A sistematização dos verbetes auxilia também na compreensão das relações que se estabeleciam entre a Igreja Católica, o Estado e a sociedade na colônia, uma vez que foi por meio do processo de catequização dos nativos, que se deram os primeiros passos para o processo de dominação dos povos tradicionais e para a exploração das terras de ultramar.

O estudo por meio de documentos como o aqui apresentado reúne diversos outros aspectos de grande importância para a ampliação do conhecimento acerca da constituição histórica, social, geográfica e econômica da América Portuguesa. A edição empreendida no presente estudo permitiu o aprofundamento de alguns temas do ponto de vista linguístico, sem, no entanto, esgotá-los. Assim outros elementos continuarão sendo tomados como foco da pesquisa que se desenvolve na prática acadêmica.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. Filologia e o estudo do léxico. In: *Cadernos do CNFL*, vol.10, nº 9, 2008. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo\\_244.pdf](http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_244.pdf)>. Acesso em: 25 ago. 2018.

AULETE, Caldas. *Aulete Digital*: o dicionário da língua portuguesa. Editora Lexikon Digital. 2018. Disponível em: <[www.aulete.com.br](http://www.aulete.com.br)>. Acesso em: 23 ago. 2018.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulárioportuguez&latino*:aulico, anatomico, architectonico... v.8. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 15 out. 2017.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Terminologia e Lexicografia. In: *Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia FFLCH – USP*.v.7, 2001, p. 153 – 181. Disponível em: <<https://doi.org/>

[10.11606/issn.2317-9511.tradterm.2001.49147](http://10.11606/issn.2317-9511.tradterm.2001.49147)>. Acesso em: 07 ago. 2018.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Léxico e vocabulário fundamental. In: *Alfa*. São Paulo, v.40, p.27-46, 1996.

CALDAS, JozêAnt(oni)o. *Notícia geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o prez(en)te ano de 1759*. Edição fac-similar. Salvador: Tipografia Beneditina, 1951 [1759].

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CARDIM, P.; KRAUSE, T. A comunicação entre a câmara de Salvador e os seus procuradores em Lisboa durante a segunda metade do século XVII. In: SOUZA, E. S., MARQUES, G., Silva, H. R. (Org.), *Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica*. Salvador: EDUFBA; Lisboa: CHAM, 2016, p. 47-97.

COMENTÁRIO do vice-rei d. Fernando José de Portugal ao Regimento de Roque da Costa Barreto. In: AVELLAR, Hélio de Alcântara. *A administração pombalina*. Rio de Janeiro: DASP – Serviço de Documentação, 1970, p. 337-396.

ELLIS, Myriam. A Capitania da Bahia nos meados do século XVIII. A propósito da publicação recente de uma obra de grande valor documental. In: *Revista de História*, Brasil, v. 6, n. 13, p. 197-209, mar. 1953. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rev-historia/article/view/35230/37951>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

FARACO, Carlos Alberto. *A Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2006.

FIGUEIREDO, Candido. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. 1913. Disponível em <<http://dicionario-aberto.net/dict.pdf>> Acesso em: 15 out. 2017.

MARQUES, Guida. Por ser cabeça do Estado do Brasil: as representações da cidade da Bahia no século XVII. In: SOUZA, Evergton Sales, MARQUES, Guida, SILVA, Hugo R. (Org.). *Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica*. Salvador: EDUFBA; Lisboa: CHAM, 2016, p. 17-46.

MATTOSO, Kátia. Bahia opulenta: uma capital portuguesa no Novo Mundo (1549-1763). In: *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baia-*

nos no século XIX: itinerário de uma historiadora. Salvador, Corrupio, 2004, p. 281-298.

MOREAU, Filipe Eduardo. *Arquitetura Militar em Salvador da Bahia – séculos XVI ao XVIII*. 373f. Tese de Doutorado (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo). São Paulo: USP, 2011.

MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo. Lexicografia e História; o Dicionário Histórico do Português do Brasil – Séculos XVI, XVII e XVIII. In: ALVES, Ieda Maria et al (Org.). *Estudos Lexicais em diferentes perspectivas*. São Paulo: FFLCH/USP, 2009.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1955.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. *Conhecendo a História da Bahia: da pré-história a 1815*. Salvador: Quarteto, 2013.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Revoltas indígenas, a criação do Governo Geral e o Regimento de 1548. In: *Revista Clio*, 2012.

PAULA, Maria Helena de; ALMEIDA, Mayara Aparecida Ribeiro de; REZENDE, Rayne de Mesquita. Língua, Cultura e Léxico: confluências entre lexicografia e filologia. In: *Entretextos*, Londrina, v.16, n.2, p. 7-27, jul/dez, 2016. Disponível em: <DOI: 10.5433/1519-5392.2016v16n2p>. Acesso em: 30 ago. 2018.

PESSOTI, Bruno Casseb. *Ajuntar manuscritos, e convocar escritores: o discurso histórico institucional no setecentos luso-brasileiro*. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia). Salvador: UFBA, 2009.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira Ouro Preto*: Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/en/diccionario/edicao/3>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

SAMARA, E.; DIAS, M.; BIVAR, V. *Paleografia e fontes do período colonial brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1986.

SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/02254100>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

SOUSA, Avanete Pereira. A centralidade/capitalidade econômica de Salvador no século XVIII. In: SOUZA, Evergton Sales; MARQUES, Guida;

SILVA, Hugo R. (Org.) *Salvador da Bahia*: retratos de uma cidade atlântica. Salvador, Lisboa: EDUFBA, CHAM, 2016. p. 99-128

SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. 2.ed. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignácio da Silva, 1879.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 11.ed. rev. e ampl. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008.

VASCONCELOS, Celciane Alves. *Estudo semântico lexical do vocabulário setecentista em Paranaguá*. 2013. 604 f., 2 v. Tese de Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo). São Paulo: USP, 2013.

XAVIER, Vanessa Regina Duarte. Glossário de Manuscritos Goianos Setecentistas: critérios de elaboração. *Revista Eletrônica de Linguística*. v. 5, n. 2, 2011. Disponível em: <[www.seer.ufu.br/index.php/domini\\_osdelinguagem/article/download/13681/8169](http://www.seer.ufu.br/index.php/domini_osdelinguagem/article/download/13681/8169)>. Acesso em 27 ago. 2018.